

Modos de existência do vídeo e da Terra: cenas e presenças entre os A'uwé Xavante¹

Ana Lúcia Ferraz (UFF/Brasil)

Palavras-chave: A'uwé Xavante; esbulho territorial; modo de vida.

Resumo: Este trabalho parte de uma experiência mediada pelo vídeo com os A'uwé Xavante que vivem às margens do rio das Mortes, no Mato Grosso. Acompanho debates que circulam entre as Terras Indígenas Sangradouro, São Marcos, Areões e Pimentel Barbosa, durante os últimos 7 anos, em que pude relacionar-me com o modo de existência a'uwé. Desenvolvi uma série de vídeos que documentam as relações deles com o *Ró*, o lugar, o cerrado que viceja entre os rios, visando devolver materiais audiovisuais para a própria comunidade fazendo-os circular em suas redes sociais.

O trabalho documentou também os *Danhoré*, os cantos de seus grupos de idade que caracterizam os A'uwé uptabi, a gente verdadeira que habita hoje a zona de transição entre o cerrado e a Amazônia. Os corpos transformados pela pintura (Muller) dançam em roda até a alteração da consciência (Turner). A pintura indica categorias sociais e prerrogativas rituais (Seeger) e seria uma espécie de roupa (Castro). O objetivo do trabalho é estreitar a possibilidade de entrar no ponto de vista como forma de fazer ver (Lapoujade, 2017).

Pensando as formas sensíveis do povo xavante, sua cosmologia e territorialidade, a partir da etnografia audiovisual, buscamos analisar os diferentes modos que se instauram entre diferenças: a ritualidade X a vida cotidiana, a aldeia X a mata, a Terra Indígena X a cidade, o mundo a'uwé X o mundo waradzu. Neste processo, os meios técnicos traçam um circuito em que vídeos curtos e curtíssimos circulam entre jovens usuários de redes sociais e um media-metragem faz outros circuitos.

A pesquisa acabou por trabalhar a questão da percepção que, operando a partir das relações entre diferenças, logramos ver. A pesquisa explora diferentes formatos e meios de circulação de imagens visando intervir em um conflito socioambiental causado pela instalação de grandes empreendimentos sobre o território xavante.

¹ Trabalho apresentado na 35ª Reunião Brasileira de Antropologia (Ano: 2026)

Antropologia multimodal que transcende a colonialidade

Articulo aqui uma reflexão acerca da coexistência de diferentes olhares sobre a zona de transição entre o cerrado e a Amazônia mato-grossense, às margens da bacia hidrográfica do rio das Mortes/Araguaia, território ancestral dos A'uwé Xavante. Em outro trabalho (Ferraz, 2023) pude esboçar o conceito de modal guardando um debate sobre a questão da percepção, para além das formas midiáticas. Me apoiei nas reflexões de Lapoujade (2013 e 2017) sobre os modos de existência tais como definidos por Souriau (1939 e 1943). Nesta concepção, a antropologia modal dá conta da análise de diferentes modos de existência que se realizam em distintos planos; assim, são os pontos de vista encarnados por diferentes existências que criam os diferentes modos. Cito:

“Esse é o interesse do pensamento do modo como tal. O modo não é uma existência, mas a maneira de fazer existir um ser em determinado plano. É um gesto. Cada existência provém de um gesto que o instaura, de um arabesco que determina que será tal coisa”.

(LAPOUJADE, 2017 :15).

Lapoujade (com Souriau) recusa a objetificação fenomenológica e afirma que a configuração de um pensamento modal exige entrar no ponto de vista:

Para Souriau, perceber não é observar de fora um mundo estendido diante de si, pelo contrário, é entrar num ponto de vista, assim como simpatizamos. Percepção é participação” (...) “Não temos uma perspectiva sobre o mundo, ao contrário, é o mundo que nos faz entrar em uma de suas perspectivas (LAPOUJADE, 2017, p. 47).

Na antropologia dos modos de existência dos modernos de Bruno Latour (2013) também se buscou definir abordagem semelhante, em que nos diferentes modos “figuram formas, regras e modos de veridicção” (Ferraz, 2023). Em sua passagem de uma antropologia das redes (networks) à dos modos de existência, o autor busca entender o modo pelo qual as redes se expandem. O debate configura o campo das polêmicas em torno do realismo na filosofia, na ciência e na vida social. E nas formas do pensamento moderno constituir este debate, um “ocidentalismo” cria um exotismo que “até agora fez impossível qualquer comparação com outros coletivos pela falta de uma base comum aceitável” (Latour, 2013 <http://www.bruno-latour.fr/node/328.html>). É somente no momento em que a crise do Antropoceno se configura que isso pode ser pensável. Latour afirma ainda que é Gaia, a

terra como sujeito, quem tem planos para os terráqueos. A forma elaborada para dar conta desse debate complexo é uma plataforma digital intitulada AIME/Uma Investigação sobre os Modos de Existência dos Modernos, com múltiplas entradas, ultrapassa o formato livro.

Em minha recente experiência entre os A'uwe Xavante tenho sido chamada a atuar ao lado deles em processos que envolvem o licenciamento de grandes obras sobre o *Ró*, o cerrado brasileiro, seu território (e) ancestral, como veremos. Os A'uwé Xavante são uma sociedade clânica, dividida em grupos exogâmicos, que vive no que hoje é o centro-oeste brasileiro. Eles se estabeleceram no sudeste da Amazônia após se aventurarem pelas planícies do sudeste amazônico, cruzando Goiás nos séculos XVII e XIX, evitando o contato com a colonização na década de 1950, e se fixando às margens do Rio das Mortes. O rio recebeu esse nome não apenas pelas guerras travadas pelos e contra a presença Xavante em suas margens, mas também pela ferocidade de suas águas, que matam aqueles que não respeitam o rio.

A caça é sua principal atividade, fonte não só de sua economia, mas também de uma série de relações recíprocas entre humanos e não humanos que moldam a cosmologia Xavante. Dessa forma, eles estabelecem relações predatórias entre humanos e não humanos, nas quais um grupo de animais ou de seres invisíveis, os *Tsarewa*, pode assumir o papel humano na relação, e o rio, ao levar aqueles que se afogam em suas águas, pode tornar-se também um agente predatório.

Podemos ler as relações socioambientais nas relações interclânicas que podem envolver espécies vegetais e animais, estabelecendo relações sociais com a terra. Assim, algumas plantas podem ser pensadas como do clã *ōwawé*, como o buriti, outras que dão nas matas perto das águas, por gostarem das águas, podem ser pensadas como *Poredza'ono*, como me disse o sr. Eurico da aldeia Etenhiritipá. Já os prefixos dos nomes de mulheres adultas são nomes de animais: Macaco, *Ro'ó*, papagaio, *Ré*, peixe, *Pe*, pássaro, *Tsinhotsé*, árvore, *Wautomo*, como fui batizada.

Começo o trabalho por tentar afastar-me dos equívocos resultantes do atrito causado pela coexistência de diferentes ontologias, as lentes modernas pensando o mundo xavante, fazendo um esforço por buscar entender os aspectos cosmológicos orientadores das concepções e relações que observo em campo. Como sublinhou David Mayburi-Lewis o princípio dos *tsirewa* (aqueles a quem devo dar) estrutura as relações interclânicas. Mas, aqui, este princípio vale também para as relações interespecíficas. Assim, as relações com os donos (os *tedewa* – humanos ou não humanos) muitas vezes é a que justifica o sucesso

na caça, o dono do animal é o que permite a sua reprodução ou mesmo que ele se ofereça, apareça para um grupo de caçadores nos campos de cerrado do Mato Grosso. Os animais estão contidos na socialização da natureza, ou seja, são sujeitos de relações sociais (Gomide, 2005: 348). “Destacam-se como aves com poder de transformação o jaó e o cabeça seca, que não são apenas aves, mas a transformação dos Tsarewa” (Gomide, 2005: 349). Assim também opera a relação entre mortos e vivos, sendo os primeiros os predadores por excelência.

“As aves podem mostrar um comportamento selvagem (não social) e devorar os humanos, serem parentes dos Xavante e então passíveis de receberem prestações cerimoniais, como um rito funerário; falarem e mostrar organização social, e, ao mesmo tempo, curar doenças”. (Carrara, 1997:288).

Nesta pesquisa, acompanho processos de licenciamento ambiental de projetos de grande escala promovidos como infraestrutura, como se fossem de interesse universal, geral e comum, mas não o são. Projetos de infraestrutura como ferrovias, usinas hidrelétricas e rodovias têm permitido o avanço da fronteira capitalista sobre a zona de transição entre o cerrado e a amazônia, transformando territórios ancestrais em mercadoria. No “consenso das commodities” (Svampa, 2013), que também é um período de grandes “expulsões” (Sassen, 2015), a desapropriação de territórios indígenas é a política do neoextrativismo como forma de acumulação de capital no liberalismo tardio (Povinelli, 2025). No Brasil, a manifestação atual desse processo é a expansão da fronteira agrícola sobre a vida dos povos amazônicos.

Anna Tsing (2005) estudou a conversão de territórios em zonas para a implementação de infraestruturas coloniais e os atritos gerados quando as comunidades são solicitadas a consentir com projetos que põem em risco os seus modos de vida (Povinelli). Onde o desenvolvimentismo vê recursos naturais, as comunidades veem um terreno comum de humanidade entre todos os seres. O mundo aqui aparece como um mundo de diferenças. As concepções dos povos amazônicos que reconhecem a subjetividade em não humanos (Surrallés 2017) caracterizam aspectos metafísicos da predação (Viveiros de Castro, 2010). A compreensão da Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas (UNDRIP) de que existem relações espirituais e que esses povos são sujeitos de direitos forma algumas constituições nacionais para ontologias relacionais (Blaser,

2013). As civilizações dos povos nativos da América do Sul “não hesitam em convidar plantas e animais para o centro de sua vida social” (Descola, 2016:25).

O avanço da fronteira agrícola na floresta amazônica ocorre com a submissão dos povos indígenas a processos de obtenção de consentimento. Assim, observamos processos de legitimação nos quais povos que concebem outras ontologias e percebem o mundo relacionalmente são chamados a consentir com obras que impactam seus modos de vida e condições de existência (Povinelli, 2023). O conceito de Capitaloceno (Haraway, Tsing) está sendo usado para nomear não apenas esses processos, mas também o período da história — não apenas humana, mas também natural — em que a apropriação capitalista da terra transformou as condições para a reprodução da vida no planeta, alterando a sazonalidade das estações de seca e cheia e aquecendo a terra.

O aspecto irreduzível do problema aqui apresentado é que, de uma perspectiva “Moderna”, enquanto as últimas décadas, desde os anos 80 foram de avanços democráticos no reconhecimento de direitos dos povos, não sem resistências, uma reação conservadora se tornou majoritária já há uma década. No Brasil, desde 2015 normas infralegais foram criadas para burlar os direitos reconhecidos aos povos como por exemplo na Convenção 169 da OIT. Enquanto o polo moderno desenvolve meios legais para contornar as proteções ambientais, outros afirmam o caráter de Sujeito da Terra ela mesma. O problema de fundo posto pela pesquisa é um problema de percepção.

Buscamos compreender, então, o que o rio e o cerrado são para os A'uwé Xavante. A pesquisa revela a pesca, a vida nas margens densamente povoadas de muitos seres do rio das Mortes e relações únicas com as águas. As concepções naturalistas dos apropriadores, por outro lado, naturalizam seu próprio poder, normalizando o abuso.

O Cerrado por sua vez aparece como tecido relacional, um corpo de pedra na Serra do Roncador, povoado por muitos habitantes, os rios como sistema circulatório em cujas margens vicejam matas de galeria e seus habitantes, os invisíveis *Tsarewa* que podem assumir a forma de animais de caça, o *abadzé* Xavante. Uma gigantesca cadeia-alimentar em que os xavante são os predadores em seu topo. Algumas espécies mais apreciadas pelos Xavante são transformações do corpo dos criadores, os *Parinai'á*, dois adolescentes que caminharam o cerrado, criando tudo o que há.

Nos mitos de origem, tudo o que existe na diversificada vegetação da região — cada árvore ou alimento — foi criado por dois jovens criadores, um de cada clã, que caminhavam juntos, transformando-se em tudo o que era necessário para a vida Xavante. Assim, criaram batatas, frutas e animais de caça. Certo dia, enquanto caminhavam com

os caçadores, os jovens ficaram com muita sede, e um deles desmaiou. O sangue jorrou do seu nariz e formou um grande rio.



1. O Ró A'uwé – cerrado e lugar. Por Lucas O'waú (in memorian, 1972-2026).

Minha compreensão ainda inicial da estrutura social e da língua Xavante constitui um trabalho em andamento que deriva da etnografia audiovisual de um processo social que pode ser interpretado como um conflito socioambiental na era do Capitaloceno (Haraway, Tsing).

A estrutura social Xavante é composta por duas metades opostas, porém complementares, e a rivalidade permeia a constituição de seus grupos de parentesco (Radcliffe-Brown, 1984; Lopes da Silva). Os clãs *Öwawe* (Rio) e *Poredza'ono* (Girino) são exogâmicos, o que cria uma tensão que busca ser equilibrada por meio de relações matrimoniais, resultando em situações em que um caçador deve alimentar seu sogro. O padrão tradicional de habitação uxorilocal é aquele em que o marido coabita na casa da família da esposa.

Com base na documentação audiovisual das relações materiais e simbólicas do povo Xavante com seu rio, observamos diferenças de perspectiva entre os caçadores A'uwé e seus pares nos processos de licenciamento ambiental para projetos hidrelétricos.

Considerando as formas de governança da terra prevalentes no contexto da expansão da fronteira amazônica e da mercantilização da terra, observamos conflitos socioambientais nos quais as categorias utilizadas para nomear o que chamamos de “Natureza” operam tornando invisíveis outras concepções que reconhecem subjetividade, agência e parentesco com seres considerados não humanos pela ontologia naturalista.

Acompanhando os processos de licenciamento ambiental para barragens construídas para usinas hidrelétricas, destacamos diferenças irreconciliáveis entre as perspectivas envolvidas. A etnografia desses conflitos socioambientais confronta diferenças ontológicas imensuráveis e analisa os papéis da burocracia estatal e da legislação nacional e internacional que financiam danos imitigáveis aos modos de vida dos povos indígenas. Projetos hidrelétricos e rodoviários criam infraestrutura para a exploração capitalista da Terra. Os Estados-nação recebem *royalties* por essa exploração, e os modos de vida que diferem entre as culturas perdem suas condições materiais de reprodução.

Tornar esses processos visíveis, buscando revelar as perspectivas dos povos envolvidos, nos aproxima dos debates sobre os chamados direitos da natureza. Aqui, relato a pesquisa com o povo Xavante, mediada pela produção de vídeos e pela circulação de material audiovisual nas redes sociais Auwé, estabelecendo assim um público Xavante. O trabalho desenvolveu alguns mecanismos para produzir e circular imagens nas próprias redes A’uwé, em sua apropriação de dispositivos de comunicação digital. As relações de aprendizagem com a estrutura social e a língua Xavante configuram uma etnografia audiovisual de um processo social que pode ser interpretado como um conflito socioambiental na era do antropoceno (de la Cadena, 2018). Penso nos processos de legitimação, nos teatros democráticos que nos permitem ver “as táticas do liberalismo tardio” (Povinelli, 2023). Tais processos tornam invisíveis a presença, a lógica e as relações indígenas que afirmam que somos Terra.

Entre os Xavante, uma lógica de predação é bastante evidente, não apenas nas atividades de caça, pesca e coleta, denominadas *abadzé*, *tepenrami* e *abahi*, mas também nas relações entre os clãs, na obrigação de ceder ao clã que toma.

Eu mesma, sujeitada a esta pesquisa, fui convidada pelos Xavante a retomar os Estudos Antropológicos para a Identificação de Terras Indígenas (que haviam sido interrompidos em 2004, quando o proprietário do grupo Bom Futuro, o governador do Mato Grosso, decretou moratória no reconhecimento de terras indígenas).

Os grupos etários estabilizam a estrutura dual Xavante, reequilibrando a oposição entre os clãs e formando coletivos geracionais. Para os grupos caçadores-coletores, as relações ecológicas são compreendidas através da lógica de uma cadeia alimentar. Os animais que conseguem abater são dádivas dos donos dos animais, *Abadzé Tedewá*, portanto, não devem abusar deles, matando apenas o suficiente para alimentar suas famílias. Se não se controlarem, os donos do lugar podem tirar a vida de seus entes queridos como retaliação. A terra é vivenciada como um corpo antropomórfico, e as florestas são os cabelos da terra. A terra precisa respirar, e os cabelos retêm a umidade; sem eles, a cabeça não suporta o sol. Os rios da região recebem nomes de partes dos corpos dos ancestrais; assim, na bacia do rio Xingu, existe o peito da água, *õ nhiudu*. Da mesma forma, os etnólogos, em sua língua, nomeiam as diferentes partes das Montanhas Roncador, desde *Etenhorepré*, pedra do pescoço vermelho, no sul, até *Etenhitipá*, pedra do pescoço comprido, no norte.



2. O dedo mindinho da Serra do Roncador/MT

Ró, palavra que significa lugar, nomeia essa zona de transição entre a savana e a floresta amazônica, onde nascem todas as grandes bacias hidrográficas da América do Sul. A etnoecologia Xavante reconhece que todos os seres estão interligados e dependem da água.

Por isso, os Xavante, assim como as águas que nascem nas cabeceiras das duas grandes bacias entre as quais vivem — o Rio das Mortes, *Öwawé*, o grande rio, e as cabeceiras do Rio Xingu, ou Culuene, *Önhiudu*, o peito das águas — estão profundamente conectados aos rios. Na bacia do Xingu, a barragem hidrelétrica Paranatinga 2 já dizimou

a população de peixes. Diante dessa experiência, os Xavante aceitaram a proposta da empresa, que oferecia indenização às Associações Indígenas que firmaram o acordo em 2010. Posteriormente, aprenderam que as barragens hidrelétricas destroem populações de peixes e que nada pode compensar essa perda. Agora, com as barragens ameaçando o Rio das Mortes, a mesma situação se avizinha.

O licenciamento ambiental busca obter consentimento, conferindo um verniz “democrático” à desapropriação de comunidades e à destruição de seus meios de vida e territórios. O esbulho territorial é disfarçado de esforço concertado para o desenvolvimento.

O conceito de cosmopolítica (Stengers, 2018) afirma o campo das diferenças para que possamos conceber outros caminhos para as formas de política. Existem outras lógicas que caracterizam diferentes concepções e relações distintas com o ser da Terra que nos sustenta e nos constitui. Uma lógica que rejeita o universalismo progressista que atropela os direitos territoriais em nome do desenvolvimento, mascarando processos autoritários de conversão de terras indígenas em corredores de exportação de mercadorias. A lógica dos Estados-nação — independentemente do governo no poder — parece estar sujeita a esses processos globais de conversão de regiões inteiras em corredores logísticos, como o projeto IIRSA, que atravessa a América do Sul de norte a sul e de leste a oeste com rodovias, ferrovias e hidrovias para a circulação de produtos agrícolas em escala industrial para o mercado global.

Distantes dessas lógicas e afetados por esses processos, os povos reagem aprofundando sua vida ritualística, intensificando conflitos e rivalidades internas e cedendo a repetidas propostas, perpetuadas por décadas de assédio institucional estatal em seus territórios.

O consenso alcançado em acordos transnacionais, como a ECO92 ou a atual COP 30, que estabelecem normas sublegais para os Estados-nação, submete a tomada de decisão dos povos indígenas à lógica da mercantilização, estabelecendo as negociações de compensação como meio de eliminar as condições necessárias à reprodução da vida. O "consenso" imposto pelo assédio dos órgãos de assuntos indígenas do Estado brasileiro levou, ao longo de décadas, à dissolução da resistência e à introdução de uma lógica de mitigação de danos que não podem ser mitigados.



3. Öwawé: o rio das Mortes, ancestral dos xavante.

Diante dessa situação, voltemos nossa atenção para a cosmovisão A'uwé Xavante a fim de destacar lógicas que permanecem invisíveis: 1. O rio, como transformação dos corpos dos criadores, é um ancestral. Da mesma forma, todos os animais caçados, alimento dos Xavante, são humanos em potencial. 2. A terra é um corpo que nos contém, formada de partes, todas elas imprescindíveis à saúde de todos. 3. Nunca se sabe quem serão os caçadores quando um grupo encontra seus “outros” na floresta (Stolze Lima). Meus interlocutores Xavante enfatizam esse aspecto transformador das espécies — visíveis e invisíveis — que habitam o rio.

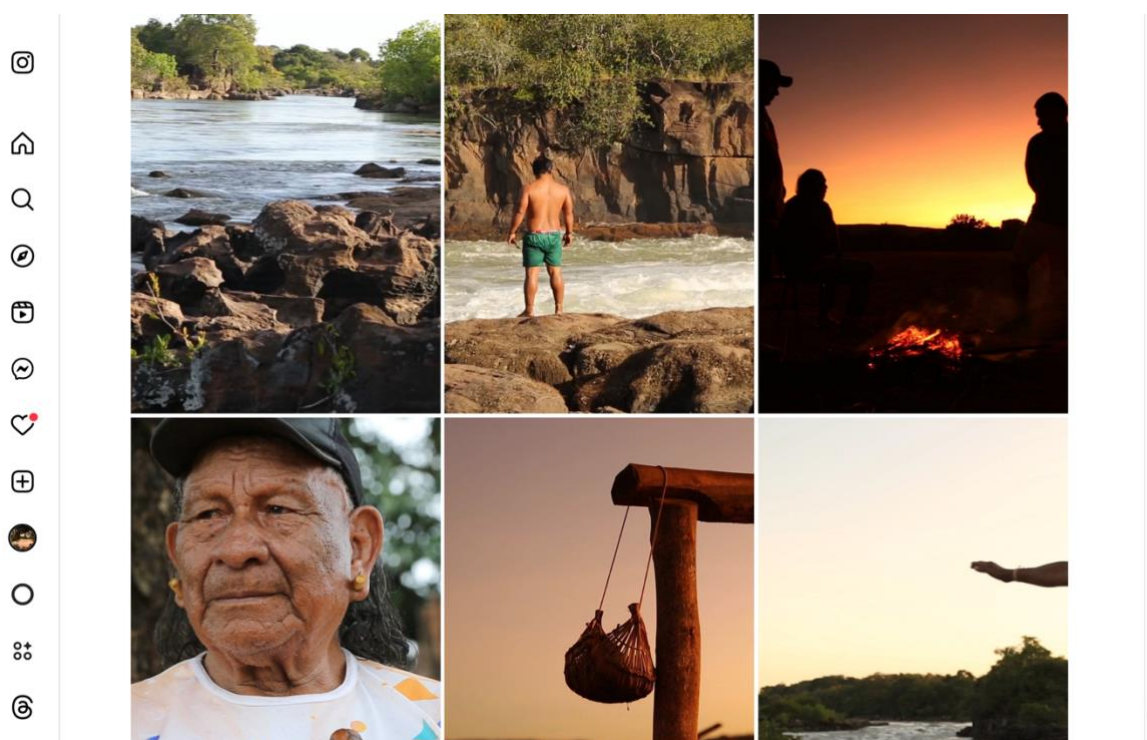
O problema da percepção articula a cegueira inerente à ideia de natureza como objeto, definida na ontologia moderna como o avanço das mercadorias em territórios onde a natureza humana é compartilhada com a terra, com seus donos, onde ocorrem transformações interespecíficas e nos tornamos “outros” - pássaros, peixes, onça.

Produzo imagens para a circulação interna. Nesse processo, compreendi que as mulheres Xavante são as que mais exigem visibilidade. Elas desenvolveram um Protocolo de Consulta para as *A'uwé Tsi'pió*, defendendo o direito à consulta em todos os aspectos da vida - numa crítica velada à estrutura patrilinear que exclui as mulheres da esfera política. As *A'uwé Tsi'pió* são mulheres consideradas guerreiras; diferentemente das esposas, elas podem ter voz no conselho político masculino. *Tsi* é a raiz que nomeia os diferentes tipos de pássaros, representantes terrenos dos espíritos dos mortos, relacionados ao *ethos* guerreiro do povo *A'uwé uptabi* (verdadeiro).

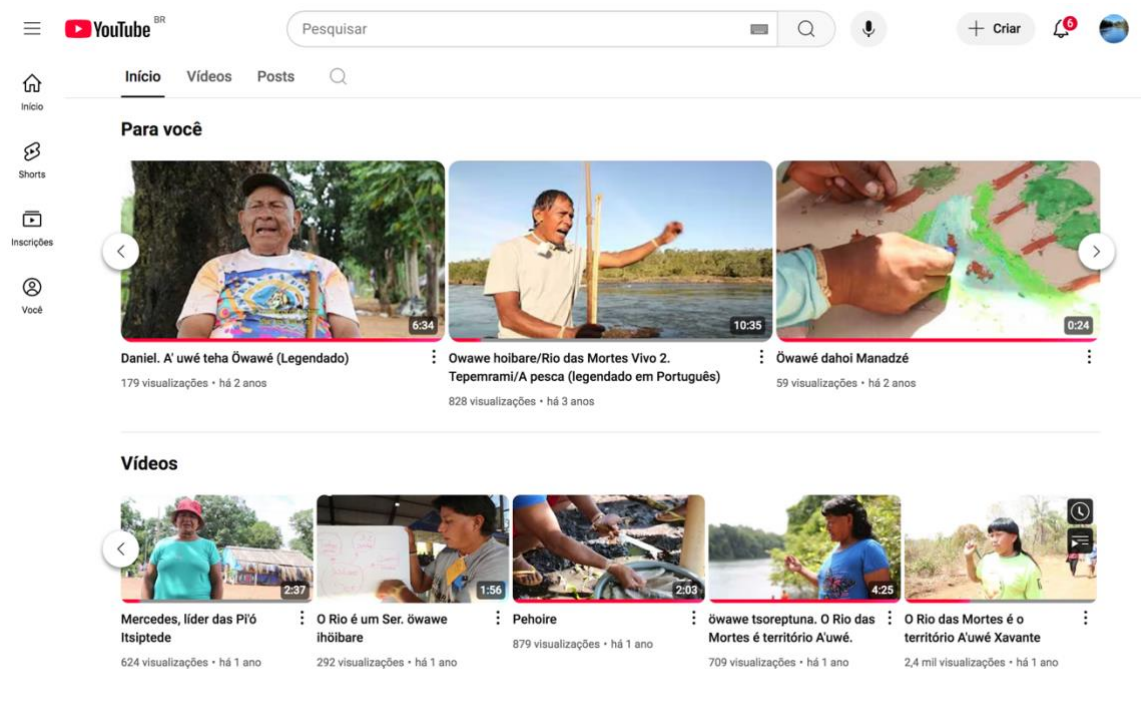
Em uma reunião de todos os nove Territórios Indígenas Xavante para discutir a importância do rio diante da ameaça da barragem hidrelétrica, testemunhei uma espécie de guerra dos sexos na comunidade de Namunkura. Os homens questionavam as mulheres por se afirmarem como sujeitos políticos e por desafiarem a realidade cultural do estupro coletivo, uma prática exacerbada em comunidades que foram missões religiosas cristãs. As mulheres estão se organizando, participando de espaços de visibilidade política, como a Marcha Nacional das Mulheres Indígenas, e, nesse processo, ampliam o campo semântico da ideia de Consulta, reconhecendo-se como sujeitos de seus corpos e territórios.

A pesquisa com o povo Xavante é mediada pela produção de vídeos e pela circulação de material audiovisual nas redes sociais A'uwé, criando assim um público Xavante. O projeto desenvolveu diversos mecanismos para a produção e circulação de imagens nas próprias redes A'uwé, refletindo a sua apropriação das ferramentas de comunicação digital.

4. Canal Rio das Mortes Vivo (Instagram)



5. O canal Owawé Hoibare (Rio das Mortes vivo) no Youtube.



Um dos modos de existência que a pesquisa etnográfica busca formas de abordar é o canto ritual como forma expressiva cuja linguagem aciona uma relação muito específica com os “antigos”. Os *Danhore*, tal como aparecem em Laura Graham (2018) são espaços sociais de formação da pessoa A’uwé xavante em que se comunicam os Xavante atuais e os antigos.

Tais comunicações se dão privilegiadamente nos sonhos, espaço de “pegar os cantos”. As visões dos antigos que se comunicam enviando músicas ou mensagens são encontros com os invisíveis, os seres sobrenaturais, mortos, “os antigos” tal como indica a bibliografia (Fuscaldo, Graham, Shaker) e a pesquisa etnográfica.

Os cantos são estas aberturas do espaço-tempo da vida cotidiana das aldeias para coletivizar esta comunicação com as outras esferas do mundo A’uwé e suas alteridades. A vida ritual se organiza segundo o processo de formação da pessoa no complexo do *Danhono*, mas também no espaço masculino do sistema ritual dos *Wai’á*.

A Pintura corporal opera esta transformação entre modos, o cotidiano e a vida cerimonial, que opera passagens entre as categorias de pessoas. Ela é também a indicação de prerrogativas rituais. Segundo Müller (1976 e 1985), a pintura distingue grupos e indica o status do indivíduo. A decoração do corpo é marca de classificação social e diferencia tanto classes e categorias de idade como grupos cerimoniais e linhagem”. Mas é nas ocasiões cerimoniais que as gerações se sucedem, em fases liminares, entre categorias,

sendo a mais pública a dos *heroi'wa* (a passagem adolescente/adulto) e a mais secreta a dos homens (de guerreiros adultos a idosos, os *ihi*).

Aqui também as relações interespecíficas se manifestam, como por exemplo, na pintura nomeada como *Tsinhotsé* (a da ave quero-quero), tanto é utilizada pelos defensores guerreiros no sistema ritual do *Wai'á*, quanto pelas mulheres casadas, no seu ritual de nominação de adultas. A ave referência da pintura habita largamente o cerrado e se faz ouvir nos campos abertos onde depositam seus ovos e cantam denunciando a presença de predadores. Em seu corpo de guardiões do cerrado guardam esporas.

Defender o cerrado é defender os Mortos que compõem a terra, as cavernas da Serra do roncador, os antigos, os ancestrais que tombaram nas diferentes guerras havidas, seja entre povos indígenas ou grupos de parentesco Xavante, seja na guerra colonial cotidiana que podemos perceber quando pensamos a história do contato, que é a história da demarcação das terras Xavante. A terra ela mesma é um ancestral nesse sentido em que nossos ancestrais estão aí incorporados.



6. Etedzutserehi, montanha triangular, povoada de cavernas dos antigos, minerada pela Calcário Vale do Araguaia, de propriedade da família Penido, proprietária da CCR.

Enquanto o modo de existência dos modernos pensa problemas logísticos e vias de circulação de *commodities* na zona de transição entre o cerrado e a Amazônia, num processo acelerado de produção de deserto, o modo de existência Xavante percebe a presença dos ancestrais na terra ela mesma, transformada em gente. Uma diferença

incomensurável está posta, ela não se reduz e não está contemplada em nenhum processo de reconhecimento de direitos (sempre parciais, tímidos e incapazes de restituir os danos do esbulho territorial).

Povinelli (2023), pensando o neo-extrativismo como réquiem do liberalismo tardio, analisou as relações do processo de reconhecimento de direitos ao longo de décadas em que os processo de compensações por danos imitigáveis incluíram os povos como “animistas”, criando leis que reconhecem “crenças” como fatores a serem contemplados no reconhecimento de direitos territoriais negados na história da ampliação das fronteiras extrativas. Lá ou cá, a história do capitaloceno (Haraway, 2023) se impõe sobre as relações de alteridade estabelecidas pelos povos com a terra ela mesma.

“Incomensurabilidade se refere a um estado em que dois fenômenos (ou mundos) não podem ser comparados por um terceiro sem produzir séria distorção” (Povinelli, 2026). Questões de tradução ou de interpretação ainda permanecem pequenas quando lidamos com a diferença radical dos mundos que insistem em viver com suas potências vivas, como são os povos caçadores que habitam as margens das bacias hidrográficas amazônicas e constroem com as palhas do buriti suas casas, se alimentam das raízes e dos frutos dos campos de cerrado e dos animais, seus outros por excelência, outros povos e gentes que habitam o Ró Xavante. Para além de tais questões, o que que a experiência etnográfica permite é um giro na percepção, tal como Goldman (2003) o nomeia em seu *Os tambores dos mortos e os tambores dos vivos*.

Modos de existência dos Modernos: uma viagem a Brasília

Buscando seus direitos territoriais frente às obras da Ferrovia de Integração do centro-oeste que está projetada para passar sobre seu território, dividindo a área de caça titulada a particulares existente entre as terras Indígenas Pimentel Barbosa e Areões, os xavante organizaram uma comitiva de caciques para fazer incidência em Brasília, em uma série de reuniões agendadas com órgãos federais envolvidos com o processo de licenciamento ambiental da Estrada de Ferro e o Ministério Público Federal, em 2026.

As reuniões começaram pelo Ministério dos Povos Indígenas, criado pelo Presidente Luis Inácio Lula da Silva depois de participar da plenária do Acampamento Terra livre em 2022, às vésperas das eleições e, depois de ser criticado por Sonia Boné Guajajara, então presidente da Associação dos Povos indígenas do Brasil APIB, pelos crimes de inviabilizar a vida dos povos às margens da Volta Grande do Xingu, no governo de Dilma Roussef. Como medida para envolver o movimento indígena o presidente propõe a

criação do Ministério, para o qual a própria Sonia Guajajara foi convidada a assumir como Ministra dos Povos Indígenas. A representação seria capaz de sanar as diferentes formas do esbulho territorial a que os povos tem sido submetidos com o avanço neocolonial sobre a Amazônia?

Na primeira reunião, realizada a 2 de março de 2026, os caciques pintados para a caça, cantaram o canto dos caçadores apoiados em suas bordunas que conectavam o chão a seus braços, estabelecendo a verticalidade da força da terra, a mesma que o falecido Edmundo explicou na audiência no Ministério Público Federal, conduzida pelo procurador Ricardo Pael, no município de Barra do Garças, seis meses antes. Depois dessa audiência o mesmo procurador arquivou a demanda xavante que denunciava o processo de Licenciamento da obra por não consultá-los.

Mas na reunião com o Ministério dos Povos Indígenas os Xavante foram recebidos pela Divisão de conflitos fundiários e pela divisão de participação social pelo indígena. Buscando situar-se e informar-se na reunião em que os caciques reivindicavam a demarcação da Terra Indígena Norotsutupá e Etedzutserahi, terras sob a linha do trem às margens do Rio das Mortes, cujo processo foi arquivado em 2004, os funcionários do Ministério perguntavam se os xavante estavam conscientes de que as outras Terras Xavante haviam concordado com o empreendimento. Comprometendo-se a se informarem sobre o caso e oficiarem a FUNAI pedindo esclarecimentos sobre o caso, os A'uwé se manifestaram em sua língua, sendo traduzidos por um deles na reunião. Os coordenadores das áreas do MPI receberam o documento que os A'uwé entregaram e confirmaram sua participação na reunião que seria realizada na tarde do mesmo dia na Divisão de Demarcação da FUNAI.

Na hora do almoço os A'uwé preferem os restaurantes térreos em praças arborizadas, onde possam sentar-se e conversar. Grande dificuldade e mal-estar acometia o grupo ao subirem os elevadores. A altura dos prédios na Esplanada dos Ministérios dificultava o acesso aos gabinetes onde se tomam as decisões. As construções verticais causam grande pasmo e mal estar físico aos que estão socializados pela abertura de horizonte dos campos de cerrado do Brasil central. Durante o almoço, o antropólogo Calaça Manoel encontrou o grupo de caciques.

Duas décadas depois de haver trabalhado na TI Areões na produção do Relatório Circunstanciado de Identificação e Delimitação RCID, apenas 3 caciques o conheciam de 2001/2002 quando esteve em campo, os caciques mais jovens eram filhos dos que o antropólogo havia entrevistado. Por mais de 20 anos arquivado pela FUNAI, o RCID

tinha a sua parte antropológica pronta, mas a parte fundiária do Estudo havia sido interrompida por ordem do então governador do Mato Grosso, Blairo Maggi, quando ele negociou um acordo que foi nomeado com a Moratória das Demarcações de Terras Indígenas no estado (vigente até quase agora). No ano de 2025 o presidente da república demarcou três Terras Indígenas no estado do Mato Grosso, o que causou grande protesto entre proprietários rurais e questionamento por parte do governador do estado.

Na tarde do mesmo dia, os caciques se dirigiram ao edifício da FUNAI, onde seriam recebidos numa grande sala com um palco elevado. Os funcionários de diferentes divisões da FUNAI sentam-se encostados na parede da sala e os 16 caciques de frente para o palco que permanecia vazio. Todos à espera do Diretor de Demarcação Manoel do Prado e da coordenadora da Divisão de Gestão Ambiental e Territorial Lucia Alberta Baré do responsável pela coordenação de licenciamento ambiental CGLic.

Depois de ouvir as justas demandas dos caciques, os coordenadores do órgão indigenista dizem que desde 2025 vale a Lei 14.701, conhecida como lei do Marco Temporal, que proibiu as revisões de limites de Terras Indígenas. O antropólogo pergunta se a portaria de 2000 para a Identificação e Delimitação da Terra continua válida, a responsável da área diz que sim. Os xavante perguntam como um processo iniciado em 2000 pode ter sido considerado ilegal em 2025. Ilegal foi o arquivamento do Processo de 2004. Lúcia Alberta Baré diz que o processo de Consulta estava sendo conduzido como elaboração dos Planos Básicos Ambientais nas Terras de Pimentel Barbosa, Parabubure e Marechal Rondon. Intervimos argumentando que a obrigação do Estado brasileiro de conduzir a Consulta Prévia à emissão da Licença não é coincidente com a elaboração dos programas de compensação. O dirigente de uma Associação indígena de outra Terra Xavante se levanta e diz para os caciques pedirem dinheiro. Ele propõe que os outros membros da reunião saiam, incluindo o Coordenador da Divisão de Demarcações e que fiquem somente as coordenadoras de Identificação e de Licenciamento, ambas mulheres, para um “acordo com os caciques. Os caciques não aceitam e a servidora da área de delimitação diz que tem que buscar o filho na escola pois já eram 4 da tarde, a reunião se desfaz com o cacique Serepsé dizendo: “Se a ferrovia passar sem demarcação, vai haver guerra”.

Este foi um dia difícil. Novamente entrar nas caixas de metal de *Waradzu* para descer para a terra. Ao chegar na hospedagem, *Warã* até tarde da noite. No dia seguinte, na Sexta Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal (MPF) as informações foram apresentadas pelos caciques e a coordenadora encaminhou a demanda de volta para

o MPF de Cuiabá, onde o Procurador já havia arquivado a demanda pelo direito à Consulta Livre, Prévia e Informada.

Na área de Mediação de Conflitos da Secretaria Geral da Presidência da República o mesmo pasmo se colocou. Os caciques reivindicam a demarcação da terra cujo Estudo foi arquivado em 2004 que ficaria sob os trilhos do trem caso a FICO passe. As pessoas responsáveis da secretaria não sabem do que se trata. Os caciques entregam seu documento exigindo a retomada do processo e os responsáveis do governo dizem que vão se informar sobre o caso. Cena repetida, dessa vez no Palácio do Planalto. A representação política no governo não foi suficiente para que a máquina burocrática parasse de operar produzindo esbulho territorial visando beneficiar os grandes exportadores com infraestrutura pública.

Na modalidade do pensamento moderno liberal democrático o dispositivo da Consulta Livre, Prévia e Informada CLPI foi fixado na Convenção 169 da OIT em 1989. No Brasil o seu equivalente tomou a forma de um Decreto Legislativo 143/2002, promulgado como Decreto 5.051/2004, ambos revistos no ano de 2019. Um encolhimento dos direitos no que tange ao reconhecimento da autonomia e direito à consulta dos povos pode ser observado no estudo das revisões recentes da legislação.

“Os povos deverão ter o direito de escolher suas próprias prioridades no que diz respeito ao processo de desenvolvimento, na medida em que ele afete as suas vidas, crenças, instituições e bem-estar espiritual, bem como as terras que ocupam ou utilizam”. Decreto 5.051/2004 e Artigo 7º. do Anexo LXXII do Decreto 10.088/2019.

As concepções modernas de garantia de direitos básicos territoriais, humanos e democráticos não estão sendo respeitados. Como diria Povinelli (2023), esta época faz o réquiem do liberalismo tardio. Esse dado não é desta década, o Brasil não tem consultado os povos afetados por grandes obras. Em seu lugar elabora normas que esvaziam o direito à Consulta, transferindo-a ao órgão indigenista, que faz confundir as etapas finais do licenciamento como é a elaboração de planos de mitigação com a consulta prévia à emissão de Licença para as obras. A legislação atual, e seu processo de flexibilização desde 2015, existe para fazer aprovar as grandes obras, indenizando os considerados afetados, fazendo valer o princípio do poluidor pagador, na melhor hipótese. Tal situação faz regredir em muito a concepção da autonomia dos povos sobre seus territórios, e, portanto, sobre suas vidas, saúde e futuro.

O sagrado direito à propriedade individual parece ser a alavanca básica das infraestruturas nas políticas públicas recentes na região, ao lado da Mineradora e Fazenda da família proprietária da CCR, a mesma que preside a Associação Mato-Grossense da Carne, a ponte de concreto para cruzar o Rio das Mortes, ao lado da planta da AMaggi em Água Boa, está planejado o terminal de cargas da Ferrovia de Integração do Centro-Oeste FICO. Ambas sobre o território ancestral A'uwé Xavante, em cujas vias de acesso, as rodovias estaduais e federal BR158, o *abadzé* xavante é atropelado. É violento, simbolicamente chocante, cosmologicamente desconcertante. Os impactos do avanço da fronteira agrícola sobre as terras xavante aparecem como aumento da mortalidade, diminuição da população, aumento do atropelamento de animais, aumento do alcoolismo entre os homens, aumento da violência contra as mulheres... entre muitas outras lástimas. Denunciar as zonas de sacrifício da economia exportadora de commodities ou o racismo ambiental contra as terras indígenas desse novo ciclo do capital não aliviará o problema. Cartografar tal controvérsia entre a terra feita recurso natural e a terra nossa ancestral é o objetivo dessa pesquisa que devolve olhares ao povo xavante. Buscar a utopia antropológica de ver o mundo com os olhos do outro é o desafio não somente meu, mas nossa chance de sabermos que somos parte. O audiovisual operou neste trabalho restituindo vozes e corpos em relação com a terra às próprias comunidades A'uwé num exercício de ver-se e constituir-se como sujeito político na disputa pelo *A'uwé hoimanadzé* (o modo de vida Xavante) que ganha a forma de defesa da caça, da pesca, da terra e das águas, *Ró tsoreptuna*.

Bibliografia citada

Azanha, Gilberto. Estudo do Componente Indígena da EF 354. São Paulo, Centro de Trabalho Indigenista, 2014.

Blaser, Mario. "Notes Towards a Political Ontology of 'Environmental' Conflicts," in Lesley Green Ed. *Contested Ecologies: Dialogues in the South on Nature and Knowledge*. Cape Town, HSRC Press, 2013. :13-27.

_____ Uma outra cosmopolítica é possível? *RAU*. Revista de @ntropologia da UFSCar, 10 (2), jul./dez. 2018.

_____ The troubling travels of cosmopolitics. *Ethnos* 91(2), 2026.

Dent, Rosanna. Whose home is the field? *Isis*. Volume 113, n. 1, 2022.

- Gallois, Dominique. Terras ocupadas? Territórios? Territorialidades? In Terras Indígenas e Unidades de Conservação. Os desafios das sobreposições territoriais. Ricardo, Fanny (org.) São Paulo, ISA, 2004.
- Graham, Laura. Performance dos sonhos. Discursos de imortalidade Xavante. São Paulo, EDUSP, 2018.
- Haraway, Donna. Ficar com o problema: Fazer parentes no Chtuluceno. São Paulo, n-1 Edições, 2023.
- _____. Antropoceno, Capitaloceno, Platanoceno, Chtuluceno: fazendo parentes. ClimaCom n.5 Ano 3, 2016.
- Lapoujade, David. As existências mínimas. N-1 edições, 2017.
- Latour, Bruno. Cogitamus. Seis cartas sobre as humanidades científicas. São Paulo, Editora 34, 2016.
- _____. Investigación sobre los modos de existência. Uma antropologia de los Modernos. Buenos Aires, Paidós, 2013.
- _____. Diante de Gaia. Oito Conferencias sobre o Antropoceno. Ubu, atelier de Humanidades, 2020.
- Mayburi-Lewis, David. A Sociedade Xavante. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1984.
- Povinelli, Elizabeth A. Geontologias: Um réquiem para o liberalismo tardio. São Paulo, Ubu, 2023.
- Silva, Aracy Lopes da. Dois séculos e meio de história xavante. In História dos Índios no Brasil. Cunha, Manuela Carneiro da. (Org.) São Paulo, Cia. Das Letras, 1992.
- _____. Nomes e Amigos: da prática Xavante a uma reflexão sobre os Jê. São Paulo, FFLCH/USP, 1986.
- Stengers, Isabelle. A proposição cosmopolítica. Revista do IEB, n.69. 2018.
- Surrallés, Alexandre. Human rights for nonhumans? HAU: Journal of Ethnographic Theory 7(3), 2017, :211-235.
- Tavares, Paulo. Memória da terra. Mapeamento e análise do processo de despossessão e remoção do povo xavante de Marãiwatsédé. Autônoma, 2017.
- Tsing, Anna Lowenhaupt. Friction. An ethnography of global connection. Princeton University Press, 2004.
- Welch, James. Na primeira margem do Rio: Território e Ecologia do povo A'uwé Xavante de Wededzé. Rio de Janeiro, Museu do Índio, FUNAI, 2013.